

Nota do SINTEFPB sobre a suspensão das atividades do IFPB e a crise econômica, social e sanitária brasileira

A Diretoria Estadual do SINTEFPB reunida no último dia 18, por meio eletrônico, avaliou a decisão do Colégio de Dirigentes do IFPB de suspender as atividades no Instituto, tendo em vista a necessidade de contenção da expansão do contágio pelo Sars-Cov-2 no estado da Paraíba. Neste sentido, fazemos pública algumas reivindicações e questões que precisam ser enfrentadas pela Reitoria e nossa comunidade.

Em primeiro lugar, requeremos a participação do SINTEFPB nas reuniões do Comitê de Combate ao Coronavírus do Instituto, a fim de garantir maior amplitude nas discussões e a democratização no processo decisório.

Sobre as resoluções e portarias já publicadas pelo Colégio de Dirigentes, CONSUPER ou Reitoria, queremos afirmar que:

- a) toda atividade de atendimento ao público deve ser suspensa imediatamente;
- b) para os serviços essenciais, todos os servidores e servidoras, estatutários ou terceirizados, devem ter disponibilizado para o seu trajeto ao local de trabalho e o retorno para casa, veículo da instituição ou cedido pela empresa contratada, de maneira a evitar o uso de transporte público;
- c) está correta a negativa para o uso das tecnologias de educação à distância (EAD) como mecanismo para caracterizar a continuidade das atividades pedagógicas, visto que muitos estudantes não possuem computador e/ou acesso à internet de qualidade - especialmente nos campi do interior, onde vários estudantes residem na zona rural - e, também, que a modalidade de EAD não pode ser pensada como uma forma provisória para resolver questões emergenciais de ensino, mas uma dimensão particular do processo pedagógico que possui suas especificidades e requer treinamento próprio e adequado aos seus meios e finalidades. Pesa ainda o fato de que mesmo os cursos regulares à distância, como o caso de Licenciatura em Letras, requer apoio presencial, com o pleno funcionamento dos polos a fim de atender os alunos com dificuldade de acesso à rede;
- d) entendemos que a suspensão das atividades – apontadas até o dia 12 de abril – deverá ser estendida caso a situação de expansão da COVID-19 não se tenha resolvido no país e as medidas sanitárias de restrição ao contato social estejam ainda em vigor. Deste ponto de vista, reforçamos junto à comunidade do IFPB, o entendimento de que não se está antecipando férias e sim suspendendo as atividades até que a situação seja normalizada. Não estamos de férias. Estamos enfrentando uma situação extraordinária e difícil para todos e todas.

Sobre as medidas do governo Bolsonaro para o combate à COVID-19 e o impacto sobre a economia brasileira, mais uma vez, fica evidente a expectativa do governo de que sejam os trabalhadores e trabalhadoras os mais prejudicados e responsabilizados por arcar com as consequências da crise. As medidas compensatórias para toda a parcela da população que habita a informalidade estão muito aquém do necessário. Estão prometidos miseráveis R\$ 200,00 por

mês em um cenário no qual a demanda por alimentos e remédios tende a ficar mais difícil e cara.

Para as empresas e seus acionistas soma-se a possibilidade de cortar salários ao mesmo tempo em que receberão auxílio do governo, tanto em termos de isenção fiscal quanto em recursos diretos. Os bancos, em seu turno, vão receber uma injeção de R\$ 56 bi e serão poupados de qualquer obrigação. A dívida pública brasileira continua sendo paga a despeito da vida de tantos. Nesse quadro, a assistência à saúde e, em especial o SUS, já dá claros sinais de comprometimento com os casos que já vêm sendo contabilizados. Não há equipamentos nem insumos suficientes.

O acesso à saúde e à educação pública de qualidade, ao saneamento básico, à moradia e ao trabalho digno são direitos historicamente negados à grande maioria da população brasileira. Ainda assim, os donos do poder no país, reiteradamente, responsabilizam os assalariados e suas exigências pelas crises econômicas e sociais que atravessamos diuturnamente. De nossa parte, devemos mostrar a quem cabe a culpa pela situação que enfrentamos. São sempre os mesmos que lucram na crise ou fora dela.

Neste momento devemos agir em duas frentes: na luta contra a doença e contra o governo Bolsonaro e suas medidas. Ambos levam à morte.

Do mais, seguimos na defesa do direito de todos e todas à vida em sua plenitude.

João Pessoa, 20 de março de 2020
Direção Estadual do SINTEFPB